

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.461 - DF (2019/0347917-8)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : PRIMEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUSCITADO : TERCEIRA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTERES. : PROA PRATICAGEM DOS RIOS OCIDENTAIS DA AMAZÔNIA
LTDA
ADVOGADOS : CLAUDIONOR CLÁUDIO DIAS JUNIOR E OUTRO(S) -
AM002654
THIAGO DE CARVALHO MIGLIATO E OUTRO(S) - DF036009
ADES JOSÉ DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF041347
EDSON JÚNIOR SOUSA FERREIRA E OUTRO(S) - DF041412
INTERES. : ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
ADVOGADOS : JOÃO GUILHERME MONTEIRO PETRONI E OUTRO(S) -
SP139854
EDUARDO XAVIER DE SOUZA DALCUM E OUTRO(S) -
SP323653

DESPACHO

No Recurso Especial 1.538.162/AM, a Ministra Nancy Andrichi determinou a redistribuição do feito a um dos órgãos da Primeira Seção deste Tribunal, sob o fundamento de que a questão dos autos "envolve direito público em geral".

Ao receber o processo, a Primeira Turma suscitou Conflito de Competência perante a Corte Especial, por entender que a demanda versa sobre a nulidade de duplicatas emitidas em decorrência da prestação de serviços de praticagem, consubstanciando litígio "de cunho eminentemente privado".

Diferentemente do que ocorria sob a legislação anterior, na sistemática adotada pelo CPC/2015 (art. 951, parágrafo único, c/c art. 178) a manifestação do Ministério Público em conflitos de competência só é obrigatória nos casos que versem sobre interesse público ou social, interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Considerando que o conflito se dá precisamente sobre a existência ou não de interesse público no caso, **manifeste-se o Ministério Público Federal.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator